

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 01/2016
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Otília Raquel Fernandes Lima*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão
04 de dezembro de 2015** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:** **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 47 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 58 membros no decorrer da sessão.

Registo de Faltas.

Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa, Pedro Beato oliveira de Sousa, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Edgar Alberto Pires e José dos Santos Sousa.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa:* Sessão de 26 de fevereiro de 2016.
- *Pedro Beato Oliveira de Sousa:* Sessão de 26 de fevereiro de 2016.
- *Fernando Manuel Gomes Alves:* Sessão de 26 de fevereiro de 2016.
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda:* Sessão de 26 de fevereiro de 2016.
- *Edgar Alberto Pires:* Sessão de 26 de fevereiro de 2016.
- *José dos Santos Sousa:* Sessão de 26 de fevereiro de 2016.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:

Senhores Deputados verificada a existência de quórum dou início a esta Sessão, começando por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo, os Senhores Deputados, os Senhores Múncipes aqui presentes e a comunicação social. Pedia ao Senhor Secretário para dar informação, que não tenha sido comunicada aos membros da Assembleia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:

Muito bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Caros Cidadãos de Mirandela.

- Na Mesa a Senhora Deputada *Maria Eduarda Neiva Rosa*, (PSD), 2.ª Secretária da Assembleia Municipal, é substituída pela Senhora Deputada efetiva (PSD) *Otília Raquel Fernandes Lima*.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e, por sua vez, feitas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:

- Em razão do seu pedido de renúncia do Senhor *Marcelo Jorge Lago*, ex-Deputado efetivo (PSD), é substituído pelo Senhor *Fernando Paulo dos Santos Costa* (PSD), até ao fim do mandato.

Relativamente aos restantes membros as substituições foram as seguintes.

- *Pedro Beato Oliveira de Sousa*, Deputado efetivo (PSD), é substituído pela Senhora *Maria da Piedade Trigo* (PSD).

- *Edgar Alberto Pires*, Presidente da Junta de Freguesia de Alvites (PSD), é substituído do pelo Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Alvites, *Armindo José Esteves* (PSD).
- *José dos Santos Sousa*, Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela (PSD), é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Fradizela, *Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão* (PSD).

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Em relação ao expediente recebido de assuntos mais relevantes foi o seguinte:

- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Convocatória para a Reunião do Conselho Geral da ANMP a 14 de dezembro de 2015;
- Do IPB-Instituto Politécnico de Bragança – Convite para a Reunião com o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Professor Doutor Manuel Heitor – Laboratório de Participação Pública, a realizar no dia 29 de janeiro;
- Da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo – Para conhecimento -Declaração de Impacto Ambiental – Parque Eólico de Torre de Moncorvo;
- Do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português – para conhecimento, Projeto de Resolução n.º 120/XIII-1.º - Defender e promover a produção da alheira;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Convocatória para a Reunião do Conselho Geral da ANMP, a realizar no dia 23 de fevereiro de 2016;
- Do Instituto PIAGET, recebemos a informação da criação da Escola Profissional Jean Piaget em Macedo de Cavaleiros;
- Da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, recebemos um Ofício com o Relatório de Atividades.

Expediente expedido mais relevante:

- *José Maria Faustino da Cunha* – Envio do Despacho Judicial do Tribunal de Contas.
 - Membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal – Envio de Convocatória para reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, a realizar no dia 19 de fevereiro de 2016;
 - Envio da Convocatória a todos os Membros da Assembleia Municipal para a realização da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a 26 de fevereiro de 2016.
- Quanto a informações é tudo.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 5ª Sessão Ordinária de 04 de dezembro de 2015.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Há algum pedido de esclarecimento sobre a ata anterior?

A Mesa não regista qualquer pedido, vamos então fazer a sua votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 5.ª Sessão Ordinária de 04 de dezembro de 2015.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Primeiro Período de Intervenção do Público.

Há algum Senhor Município que esteja presente e que queira usar da palavra neste primeiro período de intervenção?

A Mesa não regista pedidos de intervenção do público, passamos ao Ponto seguinte.

Antes da Ordem do Dia

3– Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados:

Dinis Veiga, José António Ferreira, Odete Ferreira, David Garrido, Faustino Cunha, Rui Sá e António Figueiredo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhor Deputado *Dinis Veiga* faça o favor de fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia e um bom dia de trabalho.

VOTO DE LOUVOR E PESAR

É normal que esta Assembleia Municipal, apresente um Voto de Louvor e pesar quando algum membro de um órgão autárquico no ativo ou não, tenha falecido, bem como outras pessoas que muito contribuíram com o seu trabalho e dedicação aos outros, quer em Instituições, quer com ações individuais para que outros fossem felizes e se sentissem bem no nosso concelho e para o seu desenvolvimento.

A Assembleia Municipal representante de todo o concelho deve a estas pessoas uma justa homenagem e reconhecimento, por tudo o que fizeram durante a sua vida em prol dos outros.

Os nomes destas pessoas merecem ficar registados numa Ata da Assembleia Municipal para memória futura, para que as novas gerações não nos acusem de ingratos com aqueles que dedicaram muito do seu tempo em benefício das gentes da sua terra.

E como tal, permitam-me que recorde uma pessoa que recentemente nos deixou:

Acácio Augusto Gonçalves, nasceu em 04 de julho de 1953 e faleceu em 02 de fevereiro de 2016

- Senhor *Acácio*, como vulgarmente era conhecido, foi um destacado militante do PSD em Mirandela;
- Foi um dos dinamizadores da instalação da Caixa Agrícola de Mirandela em conjunto com outros Mirandelenses;
- Participou ativamente em todas as Instituições de Mirandela: Sport Clube, Associação Comercial e Industrial, Associação dos Bombeiros Voluntários da Cruz Vermelha, Rotary Clube e atualmente na APPACDM;
- Exerceu a sua atividade comercial em Mirandela e estava sempre disponível para participar em ações cívicas para a comunidade;
- Era um homem que amava a liberdade, com fortes convicções políticas que defendia, mas também era um homem que sabia ouvir os outros, escutando os argumentos daqueles que pensavam de maneira diferente dele;
- Era por causa destas qualidades que o *Acácio* criava amizades com pessoas que não pensavam como ele e mesmo pertencendo a partidos diferentes do dele, estava sempre disposto a ajudar a resolver problemas.
- Era um homem que não misturava política com relações pessoais, era um homem de consensos, que estabelecia pontes onde outros espalhavam discórdias;
- O PSD de Mirandela perdeu um dos seus que era escutado com respeito e outros perderam um grande amigo;
- Mirandela ficou mais pobre, pois são homens como o *Acácio* que tornam o nosso concelho mais dinâmico e conhecido.
- Até na morte foste grande, como grande foste em toda a tua vida.

O Grupo Parlamentar do PSD quer associar-se a esta homenagem, propondo nesta Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016:

- 1. Um minuto de silêncio pelo falecimento de Acácio Augusto Gonçalves.**
- 2. Que este voto de pesar seja enviado à viúva e filhos, com as condolências dos membros da Assembleia Municipal de Mirandela.**
- 3. Que seja publicado num jornal local.**

O Grupo Parlamentar do PSD.

Eu agradecia, Senhor Presidente, se fosse possível, pôr à votação se algum grupo se quiser associar a este Voto de Louvor e Pesar.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Alzira Ramos* (PS) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereação e Senhores Deputados.

É com muito orgulho que nos associamos, embora com imensa tristeza, como podem imaginar, a este Voto de Louvor.

O Partido Socialista está *de alma e coração* com este Voto de Louvor a um Cidadão exemplar a todos os níveis.

Muito obrigada, bom dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:**

Muito bom dia a todos.



É apenas para manifestar também a nossa solidariedade, pela proposta que foi apresentada. O CDS/PP irá estar completamente solidário à Proposta e votará em concordância com o PSD, Os nossos sentimentos à Família.

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Bom dia Senhor Presidente e restantes Membros da Mesa, Executivo e Companheiros.

Também me queria associar ao Voto que o PSD apresenta sobre as condolências à Família, na Proposta apresentada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Uma vez que todos os Grupos Municipais já fizeram declarações neste sentido, podemos então passar ao minuto de silêncio.

Foi prestado um minuto de silêncio.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por unanimidade, aprovar um Voto de Louvor e de Pesar pelo falecimento do Senhor Acácio Augusto Gonçalves, guardando um minuto de silêncio em sua memória.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos dar seguimento aos trabalhos, dando a palavra a *José António Costa Ferreira*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação, Senhores e Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras Presidentes da Junta, muito bom dia.

Por incumbência da Mesa da Assembleia Municipal apresento o Balanço de Atividades da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, do ano de 2015.

A Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela tem como calendário fixo, aprovado por unanimidade, a realização de 4 reuniões anuais, a ter lugar em janeiro, março, maio e outubro (*intervalos das reuniões ordinárias das assembleias municipais*).

No ano de 2015 foram, excecionalmente, realizadas 7 reuniões, sendo que três delas se destinaram a visitas institucionais, uma vez realçada a importância destas visitas por parte da Comissão Permanente, por forma a auscultar as instituições do município com vista a recolher informação da situação vivida por elas.

No caso concreto foram realizadas visitas à Escola Secundária de Mirandela, aos Hospitais Público e Privado de Mirandela e à Santa Casa de Misericórdia de Mirandela – no primeiro caso, tendo sido aproveitado esse dia para tratar de outros assuntos relevantes da assembleia municipal, no segundo caso dedicado exclusivamente a essas visitas, sendo da parte da manhã realizada a visita ao hospital público e da parte da tarde ao hospital privado, e no terceiro caso a visita desenrolou-se da parte da manhã, reunindo a Comissão Permanente da parte da tarde.

1) - Assim, em 23 de janeiro de 2015, foi realizada a primeira reunião do ano, tendo para além da vista efetuada à escola secundária de Mirandela, sido abordadas outras questões de importante interesse na área da saúde, na altura vividos em Mirandela, que mereceram a maior preocupação da Comissão Permanente.

Esta reunião serviu ainda para fazer uma avaliação sobre o novo Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, entrado em vigor em setembro de 2014.

2) - Na reunião de 13 de março de 2015, a segunda do ano, foi necessário, sobretudo, proceder e aprovar alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, em razão da publicação do novo Código do Procedimento Administrativo, em matérias que se refletiam nas disposições aí constantes.

Procedidas as alterações e atualizações, pois o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) entraria em vigor no dia 1 de abril de 2015, foram as mesmas remetidas à aprovação da Assembleia Municipal desse mês, para que o seu regimento ficasse em conformidade com as novas disposições do CPA.

3) - Em 15 de maio de 2015, terceira reunião, esta serviu essencialmente para discussão de matérias relativas ao Regimento, com vista à avaliação do seu funcionamento, volvido o tempo das suas novas regras em vigor.

Foram também discutidas as iniciativas a realizar no âmbito da Assembleia Municipal, nomeadamente o habitual Seminário sobre Poder Local, que tem vindo a ser promovido em parceria com o NEDAL – Núcleo de Estudos do Direito das Autarquias Locais – da Universidade do Minho.

Foi ainda agendado para 19 de junho uma visita ao Hospital Público de Mirandela. No entanto esta viria a ser adiada, tendo sido realizada no dia 26 de junho, por indisponibilidade para o dia inicialmente previsto por parte do Sr. Administrador da Unidade Local de Saúde do Nordeste, Dr. *José Marçôa*.

4) - Com efeito, no dia 26 de junho de 2015, quarta reunião da CP, foi realizada, como referido, a visita ao hospital público de Mirandela, da parte da manhã.

Da parte da tarde, na sequência da importância atribuída à dimensão da saúde do concelho, foi realizada também uma visita ao hospital privado de Mirandela – Hospital Terra Quente.

Destas visitas foi produzido um relatório descritivo, tendo sido remetido para discussão em reunião da Comissão Permanente.

5) - Em 17 de julho de 2015, data da realização da sua quinta reunião do ano, foi feita a avaliação do 4.º Seminário sobre Democracia Local - realizado no dia 4 de julho - promovido pela Assembleia Municipal e o NEDAL da Universidade do Minho.

Foi feito um balanço positivo, sendo reforçado o interesse para Mirandela da continuação da sua realização.

Foi ainda agendada, pela importância que mereceu por parte dos membros da Comissão Permanente a situação nela vivida, uma visita institucional ao Complexo do Cachão – AIN. Ficou a mesma agendada para 18 de Setembro.

Contudo, esta não viria a realizar-se por indisponibilidade de agenda por parte do Conselho de Administração da AIN, tendo ficado para data a marcar oportunamente.

6) - A 16 de Outubro de 2015, foi marcada a sexta reunião da Comissão Permanente, tendo esta como agenda a aprovação do referido Relatório das visitas efetuadas no âmbito da saúde aos hospitais público e privado de Mirandela.

Esta reunião serviu ainda para definir um documento que refletisse o balanço das atividades realizadas ao longo do ano de 2015 da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, tendo sido ainda perspetivado um plano de atividades a realizar no ano de 2016, além dos assuntos tidos como pertinentes.

7) – Dia 30 de Novembro de 2015 teve lugar a sétima e última reunião do ano de 2015. Nesta reunião, foi realizada da parte da manhã uma visita institucional à Sede da Santa Casa da Misericórdia, para uma avaliação com o Sr. Provedor, Prof. Adérito Gomes, da situação vivida nas diversas valências da santa Casa.

Da parte da tarde, reuniu a Comissão Permanente para discussão e aprovação do Balanço de Atividades realizadas ao longo do ano de 2015 – que aqui se apresenta.

Foi ainda definido um conjunto de ações para o Plano de Atividades a realizar no ano de 2016.

Obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo.

Eu trago aqui três situações:

Duas Moções e uma Proposta /Sugestão.

Começo pela Proposta / Sugestão ao Executivo, que era uma forma de homenagear os muitos ferroviários de Mirandela, A Câmara devia disponibilizar, em Protocolo com a CP, ou de outra forma qualquer, uma Máquina a Vapor para memória daqueles que viveram em Mirandela, a colocar junto à Estação de Caminho-de-ferro, a exemplo de outras cidades do nosso país, porque para além das grandes oficinas que aqui tivemos, a parte ferroviária no seu todo, foi também uma atividade muito importante no concelho e na região.

Sobre as Moções: Tenho aqui uma Moção sobre “O Orçamento de Estado para 2016 e as Autarquias Locais.”

Vou ler a primeira Moção:

“Considerando que a proposta de OE para 2016, elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspectos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas, mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda.

Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de € às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 26 /02 /2016, delibera:

- 1.º Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal;
- 2.º Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às Autarquias Locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais;
- 3.º Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.

A outra Moção era sobre o “Dia Internacional da Mulher”, em 08 de março.

Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações.

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga, 1910), de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de acção das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objectivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se actuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um factor de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias.

O poder local democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 08 de março em liberdade, em 1975.

O poder local tem um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais.

Neste órgão autárquico queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho de Mirandela.

Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais.

É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos activos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 26/02/2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

A palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Bom dia a todos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.

A Agência DBRS (Agência Canadiana de Notação Financeira), diz que está a monitorizar a situação em Portugal e admite alterações ao *rating* do país. A Agência teme que possa existir um Orçamento não estrutural, que coloque em questão o compromisso do Governo Português com as regras orçamentais europeias.

Em declarações difundidas, esta Agência Canadiana diz também que o ajustamento orçamental previsto no Orçamento é modesto e que a taxa de crescimento de 2.1 para 2016 é otimista, o que torna a execução orçamental ambiciosa.

Estamos continuamente a monitorizar os desenvolvimentos em Portugal, para avaliar se deve haver ou não quaisquer ajustamentos aos *ratings*.

A DBRS é uma Agência mais pequena das reconhecidas pelo (BCE) Banco Central Europeu além das três: STANDARD & POOR'S, MOODY'S e FITCH. Todas emitiram nos últimos dias alertas ao Governo Português.

Porém, a DBRS, é para Portugal a Agência mais importante por duas razões: Primeira - Financiamento dos bancos. É graças a esta Agência que os bancos podem apresentar dívida pública portuguesa como garantia para receberem financiamento do BCE. Sem esse *rating* os bancos ficariam relegados à plataforma de emergência que usa o Banco de Portugal como intermediário, como está a acontecer desde fevereiro na Grécia. Segunda - Compra da dívida pública. É também graças a este *rating* que o BCE pode incluir a dívida pública portuguesa no programa de títulos, que está a decorrer há quase um ano, que tem tido um impacto enorme, na redução dos juros dos países da *Zona Euro*.

Os especialistas não têm dúvidas! Sem essa drenagem que o BCE está a fazer no mercado, os juros de Portugal iriam disparar, sobretudo tendo em conta que o Governo quer emitir mais dívida no mercado nos próximos anos. Sem o *rating*, só um novo resgate garantiria a continuação e a legibilidade para este programa.

A DBRS tem a próxima avaliação a Portugal agendada para o dia 29 de abril. Com este facto, diríamos, sem DBRS, que é uma agência de *rating* das mais pequenas a nível de reconhecimento do Banco de Portugal, nós não colocaríamos dívida nos mercados internacionais. Comprar dívida, ora se a próxima avaliação no dia 29 de abril essa agência colocar Portugal em lixo, como tem a MOODY'S, a STANDARD & POOR'S e a FITCH, a dívida portuguesa neste momento em lixo, só a DBRS é que não tem a dívida portuguesa em lixo. Se isso acontecer, lá vamos nós outra vez para as areias movediças de que saímos e o novo resgate é a continuação daquilo que tínhamos há uns anos atrás, daquilo que Portugal percorreu até chegar a este momento, em que podemos colocar dívida portuguesa! E a DBRS tem essa supremacia para a poder comprar! O que seria outra vez do nosso País sem essa situação, em termos de compra de dívida pública?

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia e Mesa, bom dia Senhor Presidente da Câmara e Vereação, bom dia Senhores Membros da Assembleia e demais presentes.

Em reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de setembro, no ponto 4.14 – Protocolo de Regularização de Propriedade da ACIM, foi alvo de profunda discussão.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS pretende saber o ponto de situação, relativamente a esta matéria.

Outro ponto. Já não é novo este assunto, acho que já veio aqui à Assembleia por outros intervenientes, prende-se com a questão das passeadeiras / iluminação / atropelamentos, alguns deles mortais.

Eu tanto sou peão como condutora e coloco-me em ambas as situações. Nenhum caso é igual a outro. Não poderei afirmar que os acidentes acontecem por culpa da iluminação ou de isto ou daquilo, não é esse o meu objetivo. A questão é que de facto, algumas passeadeiras não beneficiam de iluminação suficiente. Umas porque há candeeiros que não funcionam e noutras (refiro-me concretamente às da Av. 25 de abril) a iluminação está lá e bem, pese embora os candeeiros serem altos e algumas árvores impedirem a iluminação correta das referidas passeadeiras. É o caso da passeadeira situada em frente ao Quiosque da Rotunda, onde ainda há bem pouco tempo houve um atropelamento.

O que se entende, para bem dos peões e dos condutores e a Proposta vai nesse sentido, é que se reforce a iluminação das passeadeiras, bastante rente às passeadeiras.

Também me intriga as passeadeiras logo a seguir às rotundas. Inclusivamente, chega a haver um estrangulamento de tráfego na circulação na Rotunda, porque tem que se parar para a travessia de peões, já tem acontecido e eu já tenho estado nessa situação.

Queria alertar também para a necessidade, já não é a primeira vez que eu falo nisto, o Mercado Municipal já há muito tempo que devia ter sido alvo de alguma beneficiação, pelo menos uma pintura essencialmente no acesso ao piso superior. Causa-me bastante desgosto a sujidade quando subo os degraus. Ora, se é um ponto onde se deve primar pelo cuidado na venda dos produtos, digamos que, a cara não diz bem com a careta.

Ainda sobre o estacionamento pago, verifiquei que a Câmara disponibilizou uma zona para cargas e descargas na parte das pisarias. Não está previsto fazer o mesmo noutros espaços, atendendo que há outros comerciantes que também precisarão de algum espaço, sem estar a desrespeitar as regras de estacionamento pago?

Lamentavelmente, não há problema das cargas e descargas se não pagarem, utilizando o estacionamento pago, mas não pagando, porque este estacionamento continua vazio, assim como o encerramento de estabelecimentos comerciais, continua a ser quase uma constante, no dia-a-dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero agradecer a oportunidade de me dirigir diretamente ao Senhor Presidente, na medida em que, sendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela uma pessoa que decididamente defende a democracia local, que é patrocinadora de encontros com algum êxito, ao nível do poder local e das Assembleias Municipais, ultrapassando até o limite do concelho, dado ter sempre participação de outros concelhos, surpreende-me que sua Excelência o Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela tenha decidido mandar arquivar o ofício que lhe foi dirigido pelo Tribunal de Contas, sobre um Processo em que estava em causa o facto da administração da AIN não ter apresentado como era imperativo de Lei, as contas do ano de 2014.

Por esse facto houve decisão de multar os administradores e o processo incluía todos os ofícios que foram enviados para os acionistas, Câmara Municipal de Mirandela e Câmara Municipal de Vila Flor.

Estou certo que só um motivo, talvez mais imperioso do que imperativo, pode estar na base de tal procedimento. E o que eu neste momento estou a requerer é ao Senhor Presidente e á Mesa que apresente a esta Assembleia Municipal as razões de tal procedimento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Muito obrigado pelas suas palavras. De momento eu não poderei dar-lhe uma explicação rigorosa ou pormenorizada sobre o assunto, não o retenho de memória, a natureza humana tem disto, as coisas passam. Agora, aqui fica o meu compromisso público e regimental, de que irei rever o assunto e darei a explicação em tempo próprio, verbalmente, como a questão me foi colocada, ou por escrito, se entender que é devido, em tempo próprio.

A palavra ao Deputado *Rui Sá*.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhás, *Rui Miguel Costa Sá* (PSD) disse:**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Sr. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social

No seguimento celebração do Dia do IPB no passado dia 28 de Janeiro, que este ano, exceccionalmente, ocorreu no espaço onde nos encontramos, diga-se de passagem uma cerimónia carregada de simbolismo académico com momentos marcantes como o cortejo de finalistas e de doutores, diversas distinções honoríficas e entrega de prémios e diplomas a vários elementos do IPB, uma verdadeira lição de sabedoria do nosso conterrâneo Doutor Paulo Mendo, foram inauguradas as novas instalações da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela (EsACT) pelo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Doutor Manuel Heitor.

Na cerimónia, estiveram também presentes, entre outros, como não poderia deixar de ser, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Eng.º António Branco e o Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, ilustre conterrâneo também, representantes máximos das duas instituições parceiras nesta missão que é a de dotar de excelentes condições o ensino superior em Mirandela, já com provas dadas no que diz respeito à inovação, componente curricular e qualidade do corpo Docente.

Não seria justo da minha parte, como antigo aluno, não fazer uma justa vénia ao Município de Mirandela e ao IPB, na pessoa dos seus Presidentes, por serem uns apoiantes incondicionais nesta aposta para Mirandela. Apoio esse que representa na EsACT um investimento municipal de cerca de 5 milhões de Euros na construção do novo edifício.



Sublinho o facto de o executivo ter tido, em tempos difíceis como os que agora ultrapassamos, a argúcia de estabelecer prioridades.

O Sr. Presidente do Município referiu a alguns meios de comunicação, o seguinte:

“Tivemos de estabelecer prioridades e este esforço financeiro implica alguns sacrifícios porque é uma obra estruturante para o futuro de Mirandela”. Trata-se pois de uma aposta de longo prazo que visa a inversão de saída de jovens para o Litoral e captação de massa crítica, através de docente e alunos para Mirandela.

Referiu ainda: *“que no total se trata de um investimento que ascende aos 5 milhões de euros, suportados em 85 por cento por fundos comunitários e os restantes 15 por cento da contrapartida nacional, são assegurados pelo Município. É, certamente, um dos maiores investimentos alguma vez feitos em Mirandela. A este investimento do edifício somou-se mais um milhão de euros em mobiliário e equipamento científico.”* Finalizou dizendo: *“que há fontes que asseguram que em cada euro investido no ensino superior há um retorno de sete euros. Fim de citação.”*

Citando o Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, é caso para dizer: **“Terminou um longo calvário”**.

Resta-me pois, pela parte que me toca, desejar a todos quantos contribuíram para que o Ensino Superior fique ligado para sempre, assim fazemos votos, a Mirandela e ao Nordeste Transmontano, Obrigado!

Já que estou a falar de Ensino Superior e de instalações, não seria justo não abordar também o esforço negocial que foi feito para que os outros níveis de ensino possam, finalmente, ver as suas instalações melhoradas.

Relativamente à rede escolar existem duas intervenções contratualizadas no Pacto Para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Terras de Trás-os-Montes que a CIM Terras de Trás-os-Montes assinou com Norte 2020.

Está prevista uma verba para a Escola Secundária de 2.387.255,29€ (dois milhões trezentos e oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco euros e vinte nove cêntimos), obra esta que será executada pela Parque Escolar. Não se sabe de calendário pois é competência do Governo.

Está também contratualizada uma verba de 3.450.000,00 € (três milhões quatrocentos e cinquenta mil euros) para o 1.º Ciclo, esta a executar pela Câmara Municipal que será distribuída sensivelmente da seguinte forma: 1.000.000,00 € (um milhão) para reabilitar a escola do Convento, 1.000.000,00 € (um milhão) para reabilitar a escola do Fomento e 1.450.000 € (um milhão e quatrocentos e cinquenta mil), para um novo polo.

Estas verbas já estão contratualizadas, neste momento está aberto um aviso de financiamento do Norte 2020, e espera-se ainda no próximo trimestre abrir o concurso para a primeira intervenção.

Finaliza a falar da minha freguesia. Não poderia terminar sem destacar a classificação de **“Excelente”** que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no seu relatório anual sobre a qualidade das águas em zonas balneares no ano 2015, atribuiu à Praia de Quintas, na freguesia de que sou Presidente - Vale de Gouvinhas.

Escusado será dizer que é uma responsabilidade acrescida, mas é bem recebida, para a Junta de Freguesia e Câmara Municipal para que em conjunto tenhamos que continuar a trabalhar no sentido de dotar aquele espaço de melhores infraestruturas de apoio aos veraneantes. Obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Não há mais inscrições, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, uma saudação a todos neste dia de Assembleia e responder naturalmente, às questões colocadas diretamente à Câmara Municipal.

Nesse sentido, começaria pela questão colocada pelo Deputado *David Garrido*, Proposta / Sugestão:

Posso-lhe dizer, talvez por coincidência, hoje mesmo vai ser assinado um acordo para a exploração turística da Linha do Tua.

Esse acordo pressupõe que dentro de um prazo que está mais ou menos calendarizado, que em princípio será no final deste ano, circulará na antiga Linha do Tua, entre Brunheda e Mirandela uma locomotiva que poderá libertar algo parecido com vapor- mas não é a vapor- dando porém a imagem de o ser.

Esta locomotiva turística fará a manutenção da mobilidade turística na Linha do Tua e também depois se manterá a chamada *mobilidade quotidiana*, permitindo a mobilidade das populações.

Vai ser assinado um acordo com um operador privado, que juntamente com EDP e com a Agência Vale do Tua irão fazer a exploração linha. Vão verificar-se um conjunto de alterações em toda a linha, julgo que o mesmo já é visível para os que estão nas redondezas, nomeadamente as pessoas de Abreiro, já há trabalhos de recuperação.

Em relação e em específico à Proposta que acabou de fazer, não para uma locomotiva destas características, a Câmara Municipal tem hoje uma locomotiva identificada e preparada para ser reabilitada e poder ser colocada na estação de Mirandela.

Ela está identificada, tem número, está estacionada na Régua. Esperamos que fique resolvido, aquando da discussão da mobilidade que está a ser tratada. Aliás, ainda ontem foi esse assunto abordado no Parlamento.

Neste momento, aguardamos a conclusão de um acordo entre a Câmara Municipal e a Tutela, não será a Tutela diretamente, mas neste caso, a EDP e a REFER. Será um acordo tripartido, que tem a ver com os terrenos, porque neste momento esses terrenos são propriedade da REFER. Nesse acordo, pretendemos recuperar pelo menos os espaços públicos envolventes porque há ali situações pendentes. A Estação de Camionagem está instalada num terreno que ainda hoje é propriedade da REFER. Se esse acordo for possível, iremos avançar com aquilo que acabou de dizer: Não será a locomotiva que se movimentará naquilo que é a linha, mas será uma locomotiva associada a um operador privado que fará esse trabalho, por forma a criar ali um espaço de memória,

exatamente pelos motivos que disse. Isto está condicionado à questão da regularização dos terrenos, que esperamos que seja resolvida nos próximos tempos. Digo nos próximos tempos, com algum à vontade, para amanhã não ser acusado de estar a utilizar isto de uma forma menos correta.

Nós tínhamos um acordo já realizado. Entretanto houve uma mudança de Governo, como todos sabemos, eu tive a oportunidade de contactar o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas - que é o responsável tutelar desta área. De imediato entrámos em acordo com o Governo (tinha de ter conhecimento destes assuntos). Tive oportunidade de reunir com o Senhor Secretário de Estado esta semana, porque existia o risco efetivo dos transportes na linha do Tua a partir do dia 01 de Março serem suspensos, porque para todos os efeitos, neste momento, quem está a assumir os custos com os transportes, quer dos rodoviários, quer dos ferroviários, na linha do Tua, é a Câmara Municipal de Mirandela. Desde o dia 01 de janeiro a CP deixou de pagar qualquer custo com esses transportes. Com base no compromisso verbal e pessoal do Senhor Secretário de Estado, estamos à espera de uma resposta concreta e definitiva. Se essa resposta for em favor do que eu acabei de dizer, então iremos desenvolver a fase seguinte.

Não avançamos nem para a aquisição da locomotiva, nem para a sua instalação, porque os terrenos não são nossos. No entanto, esperamos brevemente (não me comprometo em relação à Estação) que os terrenos sejam cedidos e considerados de interesse público.

Em resposta à questão da Deputada *Odete Ferreira*, dizer-lhe que em relação ao Ponto 4.5 da Assembleia de 25 de setembro, como qualquer outro ponto que aqui é aprovado, têm o seu seguimento. Os assuntos são discutidos e têm a sua continuidade.

Sobre as passadeiras, também manifesto a nossa preocupação. Uma preocupação manifestada por diversos municípios. Neste momento está a ser terminado um procedimento para um conjunto de intervenções em passadeiras, algumas delas poderão ter força e iluminação, outras poderão ser elevadas, enfim, há um conjunto de questões sobre esta matéria que estão a ser neste momento avaliadas.

Em casos específicos por exemplo que mencionou, como sabe, o problema tem a ver exatamente com a existência de árvores no local porque a iluminação até foi recentemente renovada. Tudo isso levará a uma intervenção, acreditando que acontecerá na altura da Primavera. Nessa altura iremos intervir em diversas passadeiras.

Em relação ao Mercado Municipal, estamos neste momento a terminar um procedimento que passará por um conjunto de intervenções, na acessibilidade da cave até ao primeiro andar, na acessibilidade para deficientes e para os utentes, temos também o problema do estacionamento tarifado no mercado, que é uma reclamação dos próprios comerciantes. Por isso, esperamos pôr a concurso muito brevemente algumas dessas intervenções, em que as mais pequenas serão incluídas, como pinturas entre outras. A maior intervenção será precisamente a questão das acessibilidades.

Quanto ao estacionamento e à questão do tarifado: Não vou discutir mais esse assunto, já tive oportunidade de o discutir aqui.

Sobre as cargas e descargas, já tínhamos alguns locais de cargas e descargas, passo a publicidade, mas em frente ao Supermercado Mini Preço por exemplo, está um espaço de cargas e descargas; Na zona dos Bombeiros Voluntários já havia um espaço de cargas e descargas. Iremos, sempre que se verificar, fazer uma avaliação e intervencionar se for caso disso. Eu penso que neste momento há mais uma ou duas situações que estão previstas que irão ocorrer dentro do planeamento que a Câmara irá realizar. Normalmente estes assuntos são tratados pelos técnicos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem do Dia, vamos fazer a votação das Moções do Deputado *David Garrido*, sobre o Orçamento de Estado para 2016 e Autarquias Locais, que já foram lidas.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 26 de fevereiro, delibera:

Ponto 1. Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do Poder Local, designadamente quanto à eliminação das consignações e restrições à contratação de pessoal.

Ponto 2. Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às Autarquias Locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais.

Ponto 3. Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponha um quadro conforme ao Regimento da Autonomia prescrita pela Constituição da República.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Moção sobre o Orçamento de Estado para 2016 e as Autarquias Locais.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A outra Moção diz respeito ao Dia Internacional da Mulher, um dia incontornável a caminho de uma sociedade justa, sem desigualdades e discriminações. Esta Moção já foi lida.

Passemos à sua votação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Moção que diz respeito ao Dia Internacional da Mulher.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.1, Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições

A palavra à Deputada *Rita Messias*.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Rita Messias (PS)* disse:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras, aqui presentes.

No que toca à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, gostaria de começar por louvar e reconhecer todas as atividades apoiadas por esta Câmara, sejam elas promovidas por entidades públicas ou privadas e que concorrem para o desenvolvimento humano, cultural, económico, social, ambiental e da saúde e que, no período considerado, foram significativas.

Não vou aqui referir-me a todas, uma vez que elas estão claramente identificadas na referida informação.

Quero contudo realçar as que estão mais diretamente relacionadas, com as atividades formativas e educativas, da população.

Eu vejo sempre com muito bons olhos todas as ações que promovem o desenvolvimento multidimensional das pessoas, numa perspetiva positiva, pois quem promove o progresso de uma comunidade, são de facto as pessoas e por isso é tão importante investir nelas.

Atualmente vivemos tempos de profundas mudanças, como todos sabemos, altamente contraditórias, desiguais, de grande complexidade e de riscos generalizados, mas que se sentirão de forma mais acentuada nos países e regiões com posições mais desfavorecidas, como é o caso de Portugal e em particular desta região, tendo em conta a sua situação sócio económica e muito particularmente a situação em matéria sócio educacional.

Por isso, tudo o que for feito para incentivar e estimular, excelente, pois a própria educação e formação das pessoas, assume um papel fundamental no processo de mudança, em termos qualitativos, através de uma maior intervenção e participação individual, na construção da sociedade, garantindo que as pessoas, não se limitam apenas a adaptar-se, nem a achar que não há outra saída, mas sim a criar formas alternativas para a melhoria da sua qualidade de vida e dos outros.

Nesta medida, é crucial que cada pessoa tenha capacidade de compreender e interpretar, criticar, participar de forma informada, consciente e democrática. Para tal necessita não só formação ao nível da literacia, mas também de outras formas de formação cultural e ética, caso contrário poderá tornar-se vítima do próprio sistema, tal como o Professor *Agostinho da Silva* dizia: *Pode um povo ter toda a liberdade política, toda a liberdade económica, toda a liberdade de informação, se não for por si só, entender o que lê e ouve, comparar, compreender, criticar, então nada feito, será sempre vítima de professores, jornais, rádios, televisões, cinemas e autores.*” Uma Citação do Professor *Agostinho da Silva*.

Apesar de em termos educacionais dos jovens ter evoluído muito nos últimos 40 anos, infelizmente, em Portugal para além de ser o país com mais baixa escolaridade da União Europeia, é também o país que possui um dos menores níveis de crescimento e o único que ainda apresenta níveis de analfabetismo e, de forma mais acentuada ainda, na nossa região.

Face a esta situação, podemos fazer uma articulação entre os níveis de crescimento do país e desta região, com a escolaridade da população, uma vez que se nota uma correlação entre eles.

Sendo Trás-os-Montes a região mais pobre do país, é também ela a que possui níveis de escolaridade mais baixos. Vários estudos têm indicado que a dimensão escolar e educativa é uma das que melhor reflete e ao mesmo tempo explica aspetos de desigualdade e diferenciação social nas sociedades contemporâneas, por isso que é tão importante que as comunidades invistam não só na educação formal das suas crianças, jovens e adultos, mas também em atividades que promovam o desenvolvimento de forma informal, das pessoas.

Conforme nos dizia *Paulo Freire*, a educação constitui-se como um processo permanente, ao mesmo tempo que a vida das cidades, que também funciona como processos educativos, através das diversas atividades da sua história e cultura.

Desta forma, não podemos ficar indiferentes a tudo que possa contribuir para este desenvolvimento das pessoas desta terra.

Quero por isso saudar e dar os meus parabéns ao Agrupamento de Escolas de Mirandela, que pela primeira vez, utilizando uma estratégia de recompensa e de reforço positivo e em cerimónia pública, atribuiu diplomas de mérito e de excelência aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e do Secundário.

Um louvor especial também para a Junta de Freguesia de Mirandela, que mais uma vez homenageou os alunos com médias de excelência, atribuindo-lhes prémios de mérito escolar.



Estão de parabéns os jovens que alcançaram mérito, os Senhores Professores e toda a Comunidade Educativa e respetivas famílias. De referir ainda a estratégia da Câmara em criar o prémio literário, escritores de ficção que se destaquem, promovendo assim o gosto pela leitura e escrita e ao mesmo tempo homenageando um escritor da terra, *Nuno Nozelos*.

A recente criação da Universidade Sénior pelo Rotary Clube de Mirandela, é também um passo importante para esta terra. Damos assim os parabéns pela iniciativa e à qual apresentamos os nossos votos de sucesso.

Foi também um momento alto, como também já foi referido aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui Sá*, a inauguração da EsACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, de Mirandela, que será sem dúvida um marco significativo, na dinâmica social, cultural e económica do concelho, contribuindo para a atratividade dos mais jovens para Mirandela.

Estão por isso de parabéns todas as pessoas e instituições que contribuíram com a sua ação e influência para a concretização deste projeto, não esquecendo o seu grande mentor inicial, o Senhor Doutor *José Gama*.

De notar que a ação desta Câmara foi sem dúvida crucial e o apoio financeiro disponibilizado será um investimento de elevado retorno para toda a comunidade, sem qualquer dúvida.

É no entanto, com enorme preocupação que verificamos o estado, cada vez mais deteriorado, das instalações da Escola Secundária de Mirandela, que fruto de uma gestão menos eficiente que se tem deixado arrastar.

Se uma Escola Superior é importante para a atratividade dos jovens, não menos importante é proporcionar as melhores condições aos jovens da terra.

Gostaríamos de saber Senhor Presidente, para quando também as obras na Escola Secundária de Mirandela.

Aproveito também para salientar um aspeto muito positivo das obras no Serviço de Urgência Médico Cirúrgicas da Unidade Hospitalar de Mirandela, ao nível da sua estrutura física, com início ainda previsto para este mês. É com agrado que recebemos esta notícia, pois irá contribuir para a melhoria na assistência à saúde da população do concelho.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito rápido, para me congratular, que foi com imensa satisfação que eu vi o reconhecimento da Praia Fluvial de Quintas, como classificação de excelência, tanto mais que é uma praia fluvial que não obstante não ter saneamento, casas de banho, vigilância ativa, água potável, informação estática, mas teve a classificação de excelente.

E como dizia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, temos que estar preparados para o aumento da frequência no próximo verão.

Não direi já que são *paletes* de turistas, mas vamos ver. Pedimos ao Executivo para que cuide de forma a que algumas destas faltas possam ser colmatadas e possamos ter de facto um lugar de descanso e de reparação saudável junto ao rio Tuela.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada Municipal, *Isabel Barreira* (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Uma vez que esta é a primeira Assembleia Municipal do ano, eu quero aqui desejar um bom ano de trabalho para todos e que as coisas corram pelo melhor.

No que diz respeito à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, eu quero em primeiro lugar congratular-me, até porque é um tema que me é muito caro, que é o das pessoas com deficiência, porque tenho infelizmente o meu pai que é deficiente físico e anda de cadeira de rodas, portanto este tema é-me muito caro.

Quero congratular-me com o Senhor Presidente pela adesão ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e também dizer que neste aspeto, se bem que reconhecendo as evoluções que tem havido, muito há por fazer no Município, nomeadamente nos edifícios públicos, neste mesmo edifício onde nos encontramos, que ainda há pouco tempo foi objeto de remodelação e continuo a constatar que por exemplo as casas de banho não estão preparadas para receber cidadãos com cadeiras de rodas. Quem diz neste edifício, diz noutros serviços públicos do concelho.

Reparo também uma coisa que é paradoxal. Há uns tempos atrás fui a uma loja que abriu recentemente, onde vendem material para pessoas com deficiência, material ortopédico, abriu há cerca de dois ou três meses e levei o meu pai para escolher uma cadeira de rodas. Qual não é o meu espanto, chego lá e deparei-me com um degrau intransponível, ou seja, o meu pai não pôde experimentar a cadeira de rodas.

De qualquer forma, reconheço com agrado esta iniciativa do Senhor Presidente da Câmara, que até já acabou aqui por reconhecer que ainda há muito por fazer, nomeadamente no mercado municipal, mas o caminho faz-se caminhando e Roma e Pavia não se fizeram num dia.

Relativamente à renovação da Certificação da Qualidade dos Serviços da Câmara Municipal de Mirandela, eu presumo que esta certificação tenha passado também pelos Serviços de Atendimento Telefónico.

Quero aqui referir que na Segunda ou Terça-feira desta semana, precisei de tratar de um assunto na Câmara e liguei para o número geral que aparece no *site*.

Qual é o meu espanto, atende-me uma gravação que me diz: "*a sua chamada é muito importante para nós, por favor aguarde*".

Aguardei cinco minutos, dez minutos, quinze minutos e a chamada continuava a ser muito importante. Desliguei a chamada, voltei a ligar, mais quinze minutos com uma menina muito simpática a dizer-me que a minha chamada era muito importante. Eu só

questiono se as chamadas importantes são tratadas assim, como serão as outras? Espero que isto não tenha passado de um constrangimento momentâneo, mas de qualquer forma aqui deixar o alerta para quando estas condições acontecerem, colocarem, pelo menos, um aviso no *site* a avisar.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS) disse:**

Novamente muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Relativamente a este ponto, não vou repetir-me sobre as boas práticas, as boas iniciativas, é evidente que são sempre louvadas, só quem fosse do contra, pura e simplesmente é que não as louvaria.

Portanto, centro esta breve intervenção na página 11, em que refere “Prémio” e nos é informado sobre o teor do Prémio Literário do Conto “*Nuno Nozelos*.”

Já tinha lido através das Newsletters sobre este assunto e queria aqui deixar uma palavra de apreço e de congratulação por esta iniciativa.

A minha curiosidade - voltei a ler o Regulamento que está muito exaustivo, o que não é mau e sobre o júri, os trabalhos tiveram o seu término a 31 de dezembro, estamos no final de fevereiro e eu gostaria de saber se há outros prazos no sentido de quando é que é a divulgação, porque o júri está lá indicado, que é o Senhor Presidente da Câmara, ou por quem ele designar, o Patrono ou quem ele designar e uma personalidade da sociedade académica local, indicada pelo Município de Mirandela. Não vou perguntar sobre esse aspeto, mas gostaria de saber prazos, há alguma curiosidade natural, no sentido de saber: O júri tem até quando para avaliar, quando são divulgados os resultados do concurso?

Na página 19, sobre a inauguração da EsACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, é importante que foi inaugurada no dia do Instituto, assisti à cerimónia, lamento que tivesse havido intervenções longas, que extrapolaram o tempo e que o programa não tivesse sido cumprido.

E congratulo-me portanto por essas novas instalações ainda que tardias.

A dado momento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, pareceu-me senti-lo comovido e eu gosto que as pessoas sintam emoções nos acontecimentos. Pareceu-me estar comovido e eu gostei.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda relativamente à inauguração do dia do IPB – Instituto Politécnico de Bragança, também estive presente e com pena minha não pude visitar as instalações, porque era tanta a gente, que me senti até um bocado abafado.

Eu proponha que se agendasse uma visita às instalações da nova escola para os membros desta Assembleia Municipal.

Não vem aqui no Relatório mas eu quero congratular-me com aquela modificação que foi feita na Rua da Cocheira, com aquele traço contínuo e a possibilidade de não voltar à esquerda, à saída do Parque.

Tenho a impressão de que os sinais estão demasiado altos.

Agora espero que a Polícia ou quem quer que seja, faça cumprir aquilo que está feito, porque estando já há uns dias, continua a verificar-se o estacionamento onde há-de ser para o “*comboinho*” e as pessoas a entrarem e a cruzarem o traço contínuo, porque aquilo de facto, no meu entender, melhorou um bocado a segurança e a sinalização.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Não há mais inscrições palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo de forma direta às questões que foram colocadas, dizendo à Deputada *Rita Messias*, que em relação à Escola Secundária, eu já tive a oportunidade de explicar aqui qual é a situação.

A Escola Secundária de Mirandela foi incluída num mapeamento regional norte e num mapeamento nacional que foi aprovado também por Bruxelas.

Isto é: neste Quadro Comunitário havia um problema em que as Escolas passaram a ser de prioridade negativa, por causa dos problemas que havia com a Parque Escolar.

Entretanto houve uma negociação bastante longa e foi possível incluir neste pacto que está assinado, é público, duas intervenções: a intervenção na Escola Secundária e a intervenção na Rede de Primeiro Ciclo em Mirandela.

A intervenção da Rede de Primeiro Ciclo é da responsabilidade da Câmara Municipal, a intervenção na Escola Secundária é responsabilidade ainda da Parque Escolar.

Em agosto de 2015, fomos visitados pelo Ministro da Ciência e da Educação, manifestando que era sua intenção, que a obra fosse feita pela Parque Escolar. Eu manifestei na altura, que não tinha nada contra isso, acredito é que não seja tão célere como o que desejaríamos.

Quando este Governo tomou posse, tive oportunidade também de recuperar o mesmo contacto com o Senhor Ministro da Educação, manifestando que era disponibilidade da Câmara Municipal para assumir ela essa intervenção. Mas segundo a informação que tenho neste momento, é intenção do Governo que todas as obras da Parque Escolar, sejam realizadas pela Parque Escolar.

Neste momento, o que nós esperamos é um calendário também para essa intervenção, mas como digo, eu não me posso vincular a esse calendário, porque quem irá fazer a intervenção é a Parque Escolar.

Algumas informações que temos, mas essas não posso falar delas de maneira oficial, é que têm sido recolhidos alguns dados sobre a Escola. Por isso vamos acreditar que de alguma maneira, vai haver continuidade. Mas existe verba para a intervenção na Escola e existia já uma verba na Parque Escolar também para essa intervenção. Será o somatório das duas verbas que dará origem à intervenção, mas não me posso vincular com prazos.

Dizer à Senhora Deputada *Isabel Barreira*, que além de reconhecer que há muito a fazer e este edifício é um excelente exemplo, mas temos outro que é o Palácio dos Távoras, onde também temos a mesma dificuldade, mas também tenho que dizer em abono de verdade que o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é organizado e planeado pela Rede Social e tem uma iniciativa sempre bastante interessante, que é a própria marcha, feita pela APPACDM.

Partilhar aqui o facto de termos uma Rede Social que hoje em dia consegue celebrar estes momentos, mas julgo que é importante fazer algumas intervenções.

Nós intervimos muito em espaço público, rebaixamento de passadeiras, alargamento, retiradas de pontes etc. Em termos de espaços públicos manifesto aqui e reconheço algumas dificuldades da Câmara Municipal e que estamos a tentar colmatá-las.

Existia uma candidatura; essa candidatura depois não foi aprovada, parámos, mas vamos avançar de novo.

Em relação à questão do atendimento telefónico, pelo menos a Senhora é simpática, já fico satisfeito com isso. Mas coincidiu com a mudança de operador telefónico e infelizmente demorou imenso tempo. Esta mudança de operador é um processo que só descrito é que é possível vê-lo. Essa mudança de operador telefónico pressupõe mudanças do ponto de vista financeiro, do ponto de vista técnico e realmente durante esta semana e provavelmente durante a próxima temos algumas dificuldades. O que acontece é que temos um sistema de reencaminhamento que ao fim de um *xis* tempo tem que enviar a chamada para outro telefone para evitar estes tempos de espera. Aconteceu é que isso estava reduzido praticamente a um tempo insignificante que provocava uma dispersão muito grande e de um momento para o outro passou a ser o oposto. Se calhar, se esta semana que vem ainda ligar para a Câmara Municipal, isto pode ocorrer. Esperamos que a partir da próxima semana esteja o assunto resolvido, porque é um processo de alteração que vai alterar completamente. Nós não tínhamos este processo de atendimento automático ou resposta automática, estamos a fazê-lo, vai-nos demorar algum tempo, por isso peço desculpa.

Em relação ao Prémio Literário *Nuno Nozelos*, o que nós propusemos foi que o terceiro elemento do júri seja indicado pela Associação Portuguesa de Escritores, estamos a aguardar essa indicação e depois haverá os calendários. A apresentação será sempre no dia 29 de junho, na Torre de Dona Chama, nas celebrações, porque o prémio, não obstante ser patrocinado pela Câmara, nós associamo-lo sempre à Torre de Dona Chama, por isso o calendário é sempre esse. Isto é, o fim deste ano, dá início ao ano seguinte, mas será sempre na Torre de Dona Chama, pelo que o calendário passa sempre por esse momento.

Dizer ao Deputado *David Garrido*, que espero bem que sim, também espero que dentro em breve seja necessário organizar uma visita às instalações, porque elas estão efetivamente em fase de conclusão, mas parece-me que seria interessante fazer uma visita, até para avaliar a dimensão, não só da Escola, do ponto de vista das salas, da divisão, daquilo que lá está, mas também daquilo que representa esta Escola do ponto de vista do ensino que ali vai ser praticado, os laboratórios que lá estão a ser feitos, o trabalho que hoje já é feito, que ali vai ter outra dimensão.

Julgo que podíamos aproveitar esse momento, não só para visitar a Escola e ver a questão física, as paredes, as salas e tudo isso, mas também ao mesmo tempo verificarmos que aquele edifício é um bocadinho mais do que o edifício. É a continuidade de um trabalho, a consolidação de um trabalho que a Escola de Mirandela tem vindo a fazer, é preciso dizê-lo aqui. A Escola de Mirandela, com as instalações que tem tido nos últimos anos tem feito um trabalho magnífico, esperamos que este edifício seja também uma forma de melhorarem esse trabalho.

Sobre o Parque do Cardal dizer que vai ter uma intervenção ainda maior do que esta, que será feita pelos nossos funcionários em que o nosso objetivo é ter uma entrada e uma saída. Isto já se enquadra um pouco neste conceito de maneira a que não haja estes problemas. Neste momento, estas pinturas já vão de alguma forma minimizar alguns problemas. Mas também queríamos fazer isso com barreiras físicas, implica fechar nuns sítios e abrir nos outros porque realmente era uma zona de constrangimento. Faltam segundo sei, ainda algumas pinturas, alguns pormenores, esperamos que na próxima semana estejam todas resolvidas porque vão entrar em funcionamento os elevadores da Rua da República e é fundamental que aquilo esteja a funcionar em condições.

4.2 – V Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 22 de fevereiro de 2016, com o seguinte teor:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (quatro dos membros do PSD e um do membro do PS *José Manuel Morais*) e duas abstenções (uma do membro do CDS/PP *Carlos Pires* e uma do membro do PS *João Casado*), conforme proposto:

- 1 – Aprovar o V Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.2, V Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

Estão abertas as inscrições.

O Senhor Deputado *Nuno Sousa*, por favor pode usar da palavra.



----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é mais um pedido de esclarecimento à Mesa, que é o seguinte:

Na reunião Ordinária, diz aqui que o Relatório enviado aos Membros do Governo, responsáveis pelas áreas de Finanças e Autarquias Locais, que é depois remetida à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos do Art.º 40º, enviado à Direção Geral das Autarquias Locais e publicado no Portal da Internet do Município, após apreciação do órgão deliberativo. Mas depois na deliberação, fala em submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal. Eu julgo que não é matéria para deliberação, acho que no passado já fizemos essa aprovação, mas eu continuo a achar que é matéria para conhecimento e apreciação, na minha opinião, acho que não é necessária a aprovação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Nesta altura não temos competência nem capacidade para responder à pergunta do Senhor Deputado, o que podemos dizer é que o documento que recebemos da deliberação do Executivo no seu Ponto 2 submete para deliberação da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, gostaria de me dirigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por dizer que li com muita atenção e cuidado este documento.

Dessa leitura resultou meia dúzia de anotações e gostava de aqui expressar, sendo duas de natureza meramente formal, outras duas que penso pela minha leitura, por ventura poderão ser incongruências do documento e duas pequenas questões de natureza político financeira das opções tomadas no Relatório.

Como dizia, duas são pequenas formalidades de redação. Na página cinco, no ponto 3.1.2. Objetivos, diz que a extinção dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela, por fusão no Município, a fusão dos Serviços municipalizados efetivou-se em 2012 e mais não diz. Falta aí rigor de redação, dizendo que a gestão cabe ou atualmente é efetuada pela Câmara Municipal.

Na última folha, nas conclusões, diz: decorridos três anos de vigência do Plano de Saneamento Financeiro, com as restrições que lhe estão adjacentes, essencialmente ao nível da despesa, verifica-se uma nítida tendência de cumprimento de objetivos, preconizados para o respetivo horizonte temporal do Plano.

É pena, penso que este documento, não menciona esse horizonte temporal. Poderá ser um preciosismo, mas penso que um documento desta natureza, havendo um horizonte temporal, devia estar mencionado no próprio documento.

Na página 4, no Ponto 3.1.1., no Objetivo, é referido que a 31 de dezembro de 2011, a Câmara Municipal continha na sua Estrutura Orgânica, quatro Departamentos e dez Divisões encontrando-se providos naquela data, quatro Departamentos e sete Divisões.

De facto assim é, olhamos para o Gráfico e vemos que em 2011, temos os quatro Departamentos e as sete Divisões.

Na descrição imediatamente a seguir, diz o seguinte:

A tabela que se apresenta, demonstra a poupança efetuada com as alterações anteriormente verificadas, salientando-se que no final de 2015, os lugares de Chefe de Divisão, eram apenas quatro, hoje verificou-se a extinção do Urbanismo e do Ordenamento do Território, por motivo de aposentação do titular e a extinção da Divisão de Planeamento e Arquitetura, devido ao término da Comissão de Serviço do correspondente dirigente.

Aqui diz que no final de 2015 eram apenas quatro, porque saíram dois, de facto se eram sete inicialmente em 2011, em 2015 o gráfico apresenta seis, mas diz que saíram dois, ficando apenas quatro, mas o gráfico reflete apenas um Chefe de Divisão.

Na tabela, temos abaixo desta descrição providos em 2015, um Departamento e seis Divisões, no total de sete.

Há aqui alguma incongruência, parece-me, o gráfico apresenta seis divisões, depois no descritivo diz que saíram dois e ficam quatro, mas depois na tabela aparecem as mesmas seis no final de 2015.

Na página 13, também parece-me haver o mesmo problema. No Ponto 3.2.7., diz que durante o ano de 2015, registaram-se sete desvinculações, duas por aposentação, uma por mobilidade e duas por rescisão. Ora duas, mais uma, mais duas faz cinco, não está descrito as outras duas das sete mencionadas. Mas no gráfico aparece de 2014 para 2015 uma redução de 308 para 302, o que dá seis. Portanto seis, não condiz com as sete desvinculações, nem as sete condizem com a descrição de duas mais uma, mais duas.

Permitam-me esta chamada de atenção, porque creio que todos nós gostaríamos de olhar para o documento e que ele tivesse um rigor à prova de bala, ou me escapa alguma coisa ou estamos perante algumas incongruências.

Relativamente às duas pequenas questões que gostaria de fazer de opções político financeiras, do Planeamento de Saneamento Financeiro, na página 7, é mencionado no Ponto 3.1.6. – Implementação de um Orçamento de Base Zero, Objetivo – Elaboração de um Orçamento Municipal para 2013, obedecendo ao Processo de Orçamentação de Base Zero.

Este objetivo não foi cumprido e nem se encontram ainda reunidas as condições necessárias para a implementação desta medida.

Eu até pedia ao Senhor Presidente, sem grandes preciosismos técnicos, que pudesse até numa atitude pedagógica, eu confesso que não sei o que é um orçamento de base zero, se pudesse dizer o que é um orçamento de base zero, para assim compreendermos quais são as condições necessárias para a implementação dessa medida.

Na página 14, temos no Ponto 3.3, no Aumento da Receita, 3.3.1, Elaboração de um Plano de Rentabilização do Património Municipal – Objetivo – Alienação de Imobilizado, no montante de 515.000 €, medida não implementada, mas infelizmente não temos qualquer descrição da falta de possibilidade da implementação desta medida. Creio que se justificava uma pequena anotação, por ventura por não ser possível uma inventariação, porque acho que esta medida, podendo ser implementada, era um ganho

efetivo de receita de 515.000M€, que poderia permitir outras opções político financeiras, nomeadamente naquilo que com certeza todos nós gostaríamos de ver, que é no ponto sobre os subsídios e transferências, para instituições sem fins lucrativos, sobretudo no apoio de famílias carenciadas.

Vimos que de 2014 para 2015 esse montante decresceu um bocadinho, pese embora as instituições sem fins lucrativos tenha aumentado de 14 para 15 e as freguesias também e se calhar estas instituições conseguem acolher e dar amparo essas famílias carenciadas, nos tempos difíceis que vivemos.

Se calhar a alienação de património podia gerar aqui outras opções político financeiras, do Plano de Saneamento.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começava pela questão que levantou aqui o Arquiteto *Nuno Sousa*, efetivamente isto é um Relatório da Câmara Municipal e naturalmente que ao votarmos um Relatório que é da Câmara Municipal, pode parecer um pouco incongruente, porque no fundo é um Relatório. Já tivemos esta discussão no anterior Relatório. Temos que o apresentar trimestralmente e a questão é que do ponto de vista da interpretação da entidade tutelar que recebe o Relatório, ele assume que tem de ser aprovado na Assembleia.

Eu estou a falar do que nos transmitem. Já da outra vez essa questão foi levantada e com toda a sinceridade, o que nos diz, quer a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, quer o Tribunal de Contas é que ele tem de ser aprovado. A aprovação deste documento, não traduz a aprovação do documento ou a reprovação. Traduz a aprovação ou reprovação daquilo que a Câmara fez neste período. Basicamente é isto para falar de maneira simples. É evidente que nessa perspetiva, nós já da outra vez falámos sobre isso, que é melhor votá-lo, senão corremos o risco de ter que cá regressar o documento por estar ferido de algum tipo de ilegalidade e pôr em causa a sua aprovação. Para nós essa questão não se coloca porque o Relatório é apenas o compilar dos nossos compromissos, mas julgo que se não vir inconveniente, ele seja votado.

Em relação ao Senhor Deputado *José António Costa Ferreira*, as correções que estejam aqui, por exemplo o caso de um Agente Cultural, é lógico que quem faz isto, fá-lo num horizonte temporal, numa perspetiva daquilo que conhece. Neste caso eu irei recomendar então que seja aditado, colocando o horizonte temporal, que são 12 anos, neste caso, fique nessa situação.

Em relação à orgânica, o Senhor Vereador *José Manuel Morais*, na própria reunião de Câmara, já tinha levantado essa questão em relação à forma como os quadros estão efetuados, mas a verdade é que temos que fazer a tramitação no final do ano e ela não é progressiva, o que leva uma dúvida de interpretação. No fundo estamos a falar de algo que não é um erro, é uma forma diferente de interpretação. No caso, imaginemos que um dirigente sai em fevereiro, outro dirigente sai em outubro, as alterações são finalizadas no final do ano. Com toda a sinceridade, na perspetiva do Relatório o que conta é o valor que foi reduzido, do ponto de vista financeiro, para ser demonstrativo, que é o valor que ali está.

Relativamente ao Ponto do Pessoal, existe efetivamente um erro que já tive oportunidade de ver com os meus dirigentes, será corrigido, era um pequeno erro.

Em relação ao que é o Orçamento de Base Zero. O Orçamento de Base Zero é aquilo que nós este ano, tendencialmente tentamos fazer. É um Orçamento em que, à partida, a cabimentação das verbas ou o aprovisionamento das verbas para o ano seguinte está toda afetada a um planeamento que lhe permite não andar com alterações. Basicamente aquilo que nós queremos executar é aquilo que fazemos, aproximar a execução dos 100%. Este ano, como todos sabem, quando apresentamos o nosso Orçamento já fizemos uma correção no ano anterior o que levou a um aumento da execução e este ano fizemo-lo também. Neste momento estamos com a implementação da Contabilidade de Custos que tem vindo a contribuir a níveis diferentes. Há alguns níveis que já estamos com quase toda ela implementada, mas há áreas em que ainda não a conseguimos implementar. No dia em que tenhamos a Contabilidade de Custos concluída, nunca apontaremos à base zero, porque a base zero é um objetivo académico, mas apontaremos àquilo que é uma taxa de execução a 100%. Neste momento já o estamos a fazer, mas não será nessas condições.

Em relação à questão do Património Imobiliário, esta era uma das medidas que estava colocada no nosso plano e que deu origem a um concurso. Concurso esse que ficou deserto, enfim, nós podemos tentar abrir o concurso novamente.

Os edifícios estavam todos inventariados, identificados, foi um concurso público, só que ficou deserto, talvez por constrangimentos que neste momento existem do ponto de vista económico, nomeadamente nessa área. Poderemos tentar abrir novamente o concurso, mas o que nos diz o mercado é que provavelmente não haverá interesse e é por isso que esta medida não foi concretizada.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estive a consultar a legislação e no ponto 3 do Art.º 59.º, diz que: “*O estudo e o Plano e Saneamento Financeiro são elaborados pela Câmara Municipal e propostos à respetiva Assembleia Municipal, para aprovação*”.

Depois, no ponto 6, diz “*Sem prejuízo do disposto na alínea c) do número anterior, o acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, cabe ao Município, através da elaboração de Relatórios Semestrais sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro, pela Câmara Municipal e da sua apreciação, pela Assembleia Municipal.*”

E no ponto 6, na alínea c) diz “*Remeter à DGAL os Relatórios Semestrais, sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, no prazo máximo de 30 dias, a contar do final do semestre que reportam.*”

Este Plano já devia ter sido enviado em janeiro, ou pelo menos até 30 dias depois de Dezembro, portanto já foi à Câmara atrasado e agora vem aqui para votação. Podemos votá-lo, a questão é que formalmente o legislador, partiu logo de um princípio que foi depois de aprovado o Plano de Saneamento Financeiro pela Assembleia Municipal. A Câmara só tem que cumprir e mostrar que está a cumprir às entidades competentes e dar conhecimento a quem tomou a última deliberação, que foi a Assembleia Municipal.

Esta é a lógica de pensamento da lei. Podemos fazer a aprovação, não temos problemas nenhuns, mas também não conheço a posição jurídica, quer da parte da DGAL, quer da parte do Tribunal de Contas, relativamente a esta matéria. Vocês têm acesso a essa informação, se me puderem fazer chegar esse Parecer Jurídico, agradecia, porque de facto estou curioso para perceber qual é a interpretação jurídica, porque eu não sou jurista, mas percebo português.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

É certo que este órgão já teve dúvidas e já se confrontou com situações idênticas e resolveu-as aprovando. No entendimento da Mesa, porque à Mesa lhe compete orientar os trabalhos e ter posição sobre isto, é o seguinte:

De facto neste documento, fala que é remetido à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do Art.º 40.º, mas a Deliberação do Executivo é no seu ponto 3, submeter esta Deliberação à aprovação da Assembleia Municipal. Se esta Assembleia Municipal se limitar a apreciar, discute-o, analisa-o e fica apreciado pelos Senhores Deputados de cada grupo, se o aprovar, o que aqui é solicitado, o documento fica muito mais reforçado e fica com uma robustez de aprovação implícita e que dá cumprimento ao que aqui está inscrito. No caso desta Assembleia não se pronunciar de outro modo, julgo que esta Mesa não tem outra opção senão passar à votação e portanto é isso que vamos fazer.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 31 votos a favor, do PSD, e 16 abstenções (7 do PS, 1 da CDU e 8 do CDS/PP) aprovar o V Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Passemos então agora a outro assunto, Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nos últimos tempos temos assistido a várias notícias, relacionadas com o envolvimento de crianças, que a todos nos entristecem.

As situações que têm vindo sistematicamente a público, levam-nos a tomar consciência da importância que as estruturas de apoio às famílias têm nas respetivas comunidades.

E queria aqui salientar o papel da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de Mirandela.

Queria realçar uma atividade, na qual participei recentemente e que baseada numa estratégia de prevenção de maus tratos, que me parece que é sempre a melhor estratégia e a mais económica realizada nos dias 3 e 4 de fevereiro, uma ação de formação sobre educação parental, num total de 18 horas, denominada “Mais família, Mais Jovem e Parentalidade mais sensata”, que visava a pré adolescência e a adolescência, ministrada pela Professora Doutora *Filomena Gaspar*, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra.

Esta ação tinha como objetivo preparar possíveis técnicos com competências para orientar e acompanhar pais na implementação de estratégias educativas mais positivas, com vista ao desenvolvimento mais harmonioso dos jovens em risco.

Ao longo da minha experiência, tenho-me apercebido que de facto os pais não fazem melhor, não acompanham e não educam melhor, porque muitas vezes não conhecem as melhores estratégias e as estratégias mais positivas e acabam por produzir modelos, muitas vezes desajustados às novas realidades, nem sempre eficazes perante os novos desafios da atualidade.

Este desajustamento, acontece não só com pais, mas também com educadores e professores.

Temos contudo, muita investigação e produção de conhecimento científico no Campo da Educação de Crianças e Jovens, que pode auxiliar, tanto os pais, como educadores e professores, na procura de melhores soluções, mais criativas e estimulantes para o desenvolvimento das crianças e jovens.

É por isso importante disseminar este conhecimento, colocando-o ao serviço da comunidade.

Para além do programa que foi desenvolvido, tendo como destinatários finais a intervenção dos pais e como visados os jovens adolescentes, lanço desde já um desafio a esta Câmara Municipal, para desenvolver outros programas, tendo como visados, outros escalões etários, abrangendo naturalmente, os pais, mas também outros técnicos, nomeadamente, desde a gravidez até aos três anos, haver uma formação também nesta ótica que falei, de forma a abranger enfermeiros e médicos de família, nos Centros de Saúde, para os auxiliar a lidarem diretamente com as grávidas e com os primeiros anos de vida das crianças.

Eu sei que já está a ser feita alguma coisa, mas poderá haver aqui um reforço no sentido de preparar, com técnicas que permitissem orientar os pais, com estratégias mais eficazes e adequadas, em termos de educação positiva.

Dos três aos cinco anos, abrangendo educadores e auxiliares de ação educativa, dos seis aos dez anos, abrangendo professores e auxiliares do Primeiro Ciclo e a partir dos dez, abrangendo professores e os outros técnicos.

A Professora *Filomena*, referiu que de facto, a Universidade de Coimbra dispõe de programas para todas estas situações.

Os programas de formação referidos teriam como objetivo, não só a atuação direta com as crianças e jovens, mas também orientar a intervenção dos pais, desde o momento, como já referi, da gravidez até à idade adulta e seria portanto uma intervenção mais eficaz.

No novo quadro comunitário está prevista uma medida de apoio à parentalidade positiva, no âmbito do programa de inclusão e desenvolvimento social, que era importante aproveitar para desenvolver o maior número possível de ações, neste âmbito, de forma a abranger os pais dos meninos problemáticos, mas de uma forma geral ser extensível a todos os pais que quiserem, como é óbvio, ajudando também os bons pais a serem ainda melhores, porque todos precisamos.

Na qualidade de Membro da Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, quero aqui expressar o excelente trabalho que esta CPCJ tem realizado, tanto ao nível do desenvolvimento de atividades, como também no acompanhamento das respetivas Crianças e Jovens.

Estão de parabéns, respetivamente, o Doutor *Rui Magalhães*, o Senhor Presidente e as respetivas técnicas e todas as entidades que acompanham estas crianças.

Quero ainda referir que, no que toca à Formação de adultos, voltando agora para outro sistema, que é importante abranger e é importante preocupar-nos, não só com as crianças e com os jovens, mas também com os adultos, porque são os adultos que educam as crianças, são os adultos que contribuem para a produtividade do país e também são os adultos que participam na comunidade, de forma mais interventiva.

E quero aqui referir que estão praticamente em pleno funcionamento os Centros para a qualificação e ensino profissional, que em Mirandela temos duas estruturas a funcionar na Consultua e na Escola Profissional de Carvalhais.

São estruturas que vêm de certa forma a substituir os anteriores Centros de Novas Oportunidades e têm como missão orientar e encaminhar ofertas formativas jovens e adultas e ainda reconhecer e certificar competências escolares e profissionais em diversas áreas, de acordo com a experiência profissional dos adultos, estando já neste momento a receber adultos, apesar das dificuldades.

Trata-se de um serviço gratuito e é de extrema importância para a população, nomeadamente a população adultos que tão poucas ofertas de qualificação tem tido à sua disposição, principalmente de forma gratuita, que apesar dos atrasos verificados no novo quadro comunitário, as entidades promotoras dos CQEP, têm desenvolvido todos os esforços no sentido de continuar a disponibilizar estes serviços, mesmo sem qualquer apoio financeiro recebido até ao momento.

Gostava de realçar que para os trabalhadores é a única formação gratuita na totalidade, porque todas as outras, à partida, não são 100% financiadas.

É importante que as estruturas, a comunidade, as Juntas de Freguesia, as Associações e todas as pessoas mobilizem e envolvam as respetivas populações, nestas estratégias de desenvolvimento das pessoas, de forma a promover uma cultura de aprendizagem, incentivando a participação das pessoas em atividades de educação, para também poderem ver reconhecidas as suas competências e poder certificar experiências.

Nas sociedades contemporâneas, cada vez é mais necessário e muitas vezes obrigatório, apresentar Certificados de Competências ou de Formação.

Temos agora o exemplo dos agricultores que para fazerem a aplicação de produtos fitofarmacêuticos têm que tirar uma formação e infelizmente têm que a pagar. É pena porque efetivamente o Quadro Comunitário prevê subsídios para apoiar a formação destas pessoas, mas devido aos atrasos a que sistematicamente temos assistido e refiro que o plano de avisos de candidaturas para a formação, saiu em março de 2015, previa iniciar atividades formativas ou a iniciar candidaturas para a formação, em maio, estamos em fevereiro e ainda não abrimos. Os Planos de Aviso foram já mudados seis vezes.

Não se compreende que no momento de crise como o que temos vivido e o novo quadro estar disponível e as ações não se concretizarem, o só revela uma má gestão do Governo anterior, que associado à teimosia do ainda Presidente da República, se recusou a antecipar as eleições, como o atual Ministro tinha proposto, o que provocou o arrastamento na aprovação do Orçamento de Estado e os atrasos dos diversos programas.

Já assisti ao início de vários Quadros Comunitários e nunca como agora houve esta falta de rigor e de cumprimento nos prazos e esta incerteza, quando na realidade haveria dinheiro disponível para estes programas, há nitidamente uma má planificação e gestão de recursos, de quem esteve no poder, com consequências negativas para toda a sociedade. Também não é apresentada qualquer explicação para estes sucessivos adiamentos, no respetivo *site* de Portugal 2020, o que só temos a lamentar.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que eu venho aqui a apresentar é uma Proposta de Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres.

Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres

O Grupo Municipal do CDS, vem manifestar um Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres, na sequência dos diversos e repetidos atos de vandalismo que têm decorrido na aldeia de Abambres.

Num estado de direito, numa sociedade democrática, é incompreensível e inaceitável, a destruição contínua de património público, pertença da população de Abambres.

Considerando o exposto, o Grupo do CDS, coloca à votação da Assembleia Municipal, esta Proposta de Voto de Solidariedade, solicitando à Mesa que seja dado conhecimento do resultado desta votação aos Órgãos da Junta de Freguesia e respetiva Assembleia, à Comunicação Social e à Guarda Nacional Republicana.



----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Pontes (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, Senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Senhores Deputados e restantes presentes, bom dia a todos.

Todos nós sabemos que de alguns anos para cá estamos a ultrapassar uma crise, que todos sentimos na pele, quer em termos pessoais quer em termos das instituições a que presidimos, ou que representamos e as Juntas de Freguesia em particular, estão a senti-lo. Eu estou a falar no plural, porque penso que é alargado a todas as freguesias que contribuíram de forma direta.

Se tivermos em conta aquilo que recebíamos de ajudas diretas ou indiretas da Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia têm contribuído de forma determinante que essa crise seja minimamente ultrapassada e com algum sucesso.

Também, infelizmente, cada um de nós individualmente ou qualquer entidade terrestre, não consegue controlar as condições climáticas e o que está a acontecer, é um alerta que eu faço à Câmara Municipal.

As Juntas de Freguesia não têm meios humanos nem técnicos e se calhar a própria Câmara, mesmo tendo alguns, não tem os necessários para acorrer a todas as situações.

Eu quero falar dos caminhos rurais. E aqui, em concreto a minha freguesia e outras com certeza, mas devido ao terreno muito acidentado, os caminhos rurais estão a ficar completamente intransitáveis e nem sequer imagino o que irá acontecer quando a Primavera chegar.

Nós não temos meios, nem económicos, nem humanos, nem técnicos para conseguir minimizar a situação que vai ficar depois do Inverno, inclusivamente até muros caídos. Vai ser uma calamidade.

E deixo aqui um alerta. A Câmara Municipal deveria, fazer um concurso para apoiar as Juntas de Freguesia, em termos de horas de máquinas ou das próprias máquinas, porque senão vai ser uma situação incontornável. É isto que eu quero alertar à Câmara Municipal, para ver se consegue, na medida do possível, acorrer a estas situações, para que no fim ou no início da Primavera e durante o Verão, consigamos pelo menos acorrer aos caminhos rurais principais de cada uma das freguesias.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Muito obrigado. A palavra ao Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Julgo que de forma concreta, a única questão que me foi colocada foi esta que levantou agora o *Paulo Pontes*.

É verdade que este ano é um ano de profunda preocupação, já transmitida por todos os Senhores Presidentes de Junta. Não me custa abrir o concurso, pode-me custar é pagá-lo, que isso é uma coisa diferente. De qualquer maneira sobre esta questão, temos mesmo que encontrar uma solução. Vamos deixar passar estes dias que ainda continuam infelizmente com estas más condições climáticas e depois iremos com todos os Senhores Presidentes de Junta encontrar um formato, umas mais localizadas e outras menos, tendo em conta as prioridades também daquilo que são os acessos maiores e menores no sentido de encontrarmos uma solução.

Mas efetivamente, este ano é um ano terrível para todo o tipo de acessibilidades e os caminhos rurais estão completamente degradados. Teremos que fazer um trabalho nesse sentido sem dúvida.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Sobre a Moção que o CDS/PP está a apresentar, isso não tem discussão possível. Não se admitem atos de vandalismo, mas em qualquer sítio, em Abambres, em Cabanelas, em qualquer freguesia, isso não se admite.

Agora dizia ali ao Senhor Deputado *Nuno Sousa*, que se devia acrescentar mais qualquer coisa a essa Moção.

E o acrescentar mais e até depois mandá-la para a GNR, para que a GNR interviesse mais nesses assuntos que até despoletasse e descobrisse quem realmente são esses vândalos e metê-los em Tribunal.

Porque realmente fazermos aqui uma Moção de Solidariedade. Estamos solidários, não é só com Abambres, é com qualquer sítio.

Nós somos contra tudo isso, mas vamos fazer uma coisa mais longe. Pedir à Guarda Nacional Republicana para dar as suas voltas pelas Juntas de Freguesia, conviver e falar com os Senhores Presidentes da Junta e depois descobrir quem são esses vândalos e depois meter-lhe uma ação em Tribunal, senão então não adianta nada. Aprovarmos essa Moção de Solidariedade não adianta nada.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, José Manuel Madureira, disse:**

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.

Eu só vou dizer apenas duas palavras, para responder ao Senhor Professor *Dinis*.

Já são 11 queixas em Tribunal, 7 de vandalismo está tudo na GNR e são 4 de outros assuntos que estão em segredo de justiça, estão a ser tratados.

Eu sei quem são, só que não posso dizer nada, porque isto foi um mau perder de Abambres, toda a gente sabe o que se ali passou e o que se está a passar. É vergonhoso, depois de 41 anos de democracia, que esteve numa junta o PSD, mas seja o PSD, seja o PS, não interessa. O que interessa é que as pessoas deviam respeitar o voto do povo. Que nenhum Presidente de Junta que está aqui, não gostava que lhe destruíssem as coisas, pois na GNR estão lá as queixas todas e ainda agora fui fazer mais uma.

Eu admiro uma palavra que o Senhor Professor *Dinis* disse aqui, antes das eleições, sexta-feira.



Toda a gente pensava que eu ia perder e o Senhor Professor *Dinis* disse aqui “*as pessoas devem respeitar o voto do povo*”, só que eles não respeitaram. O problema é que destroem o que é nosso.

Vou acrescentar mais o seguinte: em 15 elementos da lista, apenas estão dois.

As queixas estão feitas na GNR, têm ido lá, tiram fotografias, já foram lá tirar impressões digitais, é isso que eu tenho a dizer.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Então aguardamos que as Forças de Segurança andem para a frente.

Senhores Deputados vou então proceder à leitura da Proposta, para votarmos:

Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres

O Grupo Municipal do CDS/PP, vem manifestar um Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres, na sequência dos diversos e repetidos atos de vandalismo que têm decorrido na aldeia de Abambres.

Num estado de direito, numa sociedade democrática, é incompreensível e inaceitável a destruição contínua de património público, pertença da população de Abambres.

Considerando o exposto, o Grupo do CDS/PP, coloca à votação da Assembleia Municipal esta Proposta de Voto de Solidariedade, solicitando à Mesa que seja dado conhecimento do resultado desta votação aos Órgãos da Junta de Freguesia e respetiva Assembleia, à Comunicação Social e à Guarda Nacional Republicana.

Não havendo nenhum pedido de comentário, vamos então votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por unanimidade, aprovar um Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Pontes (PSD) disse:**

Declaração de Voto

“Eu, enquanto Presidente da União de Freguesia de Franco e Vila Boa, acho que esta Proposta devia ser extensiva - já o Professor *Dinis* reforçou isso - a todo o concelho porque Abambres tem sido alvo de vandalismo, mas nós não temos conhecimento, daremos conhecimento às entidades competentes, mas oficialmente não temos conhecimento dos que são causados noutras freguesias. Portanto, acho que esta Proposta já está votada, devia ser extensiva a todo o concelho ou pelo menos a todo o mundo rural, porque na minha freguesia eu não dou conhecimento disso, nem à Assembleia, nem à Câmara Municipal, mas todos os dias pode comprovar-se isso com toda a facilidade e até se pode visionar neste momento, candeeiros de jardim, candeeiros de iluminação pública e bancos, - ainda agora está lá um no chão. Não é que a culpa seja deles, mas é devido ao restaurante que lá está. Os camionistas não têm respeito nenhum por aquilo que está edificado na aldeia. Sim senhor concordo com a Proposta e friso isto e sublinho, que devia ser extensivo a todo o mundo rural”.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Ponto 6, 2.º Período de Intervenção do Público

Há algum dos Senhores Municípes que está que queira intervir? Não.

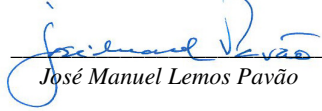
Então terminámos.

Assim sendo, compete-me informar os Senhores Deputados Municipais, que está previsto que a nossa próxima sessão da Assembleia Municipal decorra no dia 25 de abril.

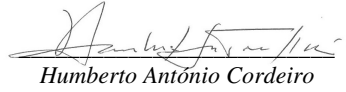
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Primeiro Secretário.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 12 horas e 20 minutos.

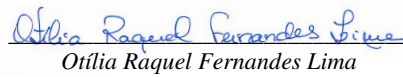
O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária


Otilia Raquel Fernandes Lima